

3º Aula

Tipos de sociedade

Caros (as) Alunos (as)

Nesta aula vamos conhecer o conceito de Sociedade e as relações que se estabelecem a partir das concepções econômicas, políticas e culturais. Numa sociedade existem unidade de língua e cultura, e seus membros obedecem a leis, costumes e tradições comuns, unidos por objetivos que interessam ao conjunto, ou às classes que nele predominam.

Vamos ao texto!
Boa leitura!!

Boa aula!

Objetivos de aprendizagem

Ao término desta aula, vocês serão capazes de:

- conhecer o conceito de Sociedade, os tipos de sociedade, a evolução das sociedades e a revolução tecnológica porque passa a sociedade na atualidade.
- compreender a utilização do termo organizações modernas e sua relação com espaço e tempo que tornam as organizações modernas capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais.
- Observar o percurso do desenvolvimento social rumo a pós modernidade.

Seções de estudo

- 1 - Sociedade
 - 1.1 - Sociedade mundo
 - 1.2 - Tipos de sociedades
 - 1.3 - Evolução da sociedade
 - 1.4 - Características da sociedade tecnológica moderna
 - 1.5 - Organização social
- 2 - As organizações modernas
 - 2.1-Modernidade, Tempo e Espaço
 - 2.2 - A Reflexividade da Modernidade
- 3 - Modernidade ou Pós-Modernidade?

1 - Sociedade

Isolado de seus semelhantes, o ser humano é incapaz de desenvolver suas potencialidades intelectuais e torna-se selvagem como um animal da floresta. Esse fenômeno foi observado na prática em crianças que sobreviveram por anos em meios naturais, afastados do convívio social.

Sociedade é o agrupamento de indivíduos entre os quais se estabelecem relações econômicas, políticas e culturais. Numa sociedade existe unidade de língua e cultura e seus membros obedecem a leis, costumes e tradições comuns, unidos por objetivos que interessam ao conjunto, ou às classes que nele predominam.

A ideia de sociedade pressupõe um contexto de relações humanas no qual ocorre a interdependência entre todos e cada um de seus componentes, que subsiste tanto pelo caráter unitário das funções que cada membro desempenha como pela interiorização das normas de comportamento e valores culturais dominantes em cada comunidade.

Toda a humanidade pode ser considerada como uma única sociedade, mas em sentido sociológico fala-se de sociedade como um sistema funcional abstrato, sem identificação com um país ou cultura determinados, ou então de forma plural no tempo (sociedade antiga, medieval, moderna etc.) e no espaço (sociedade americana, mexicana, japonesa, brasileira etc.). (ESTUDANTE DE FILOSOFIA- CONCEITOS E SOCIEDADE, 2016)

1.1 - Sociedade mundo

No interior das sociedades se observa a formação de grupos de pessoas cujos interesses coincidem em certa medida, como as famílias, os clãs, as comunidades e as associações. Desses conjuntos, que geralmente mantêm estrutura própria, os mais significativos são as comunidades e as associações. A comunidade é uma sociedade geograficamente localizada, de estrutura definida, cujos membros têm um modo de vida comum. Pode constituir-se em dimensão geograficamente reduzida, como um povoado, ou estender-se por um país de extensão continental. A associação tem características específicas e delimitadas: é um agrupamento organizado de indivíduos que visam à consecução de objetivos comuns.

Entre os modelos modernos de associação estão os partidos políticos e os sindicatos, que têm a finalidade de defender interesses específicos de determinadas classes sociais e de categorias profissionais. Outro exemplo de associação é o

estado, que tem a função básica de preservar a segurança e o bem-estar dos grupos sociais que vivem sob seu domínio. O estado, no entanto, só forma uma sociedade perfeita quando não lhe faltam os elementos essenciais de uma sociedade natural: unidade de língua e cultura, história e tradição comuns. Diferentes nações muitas vezes formam um estado, mas nem todas as nações têm existência como estado.

1.2 - Tipos de sociedades

Não existe acordo entre os especialistas sobre os elementos essenciais que possam servir de base para uma classificação consistente das sociedades, com valor e alcance universais. Observam-se, porém, duas grandes tendências: a que adota critérios externos à própria organização, como o estado de conhecimento ou das técnicas de trabalho, e a que se fixa em critérios internos, como o grau de simplicidade ou complexidade da organização social.

Ao primeiro grupo pertenceu Auguste Comte, pioneiro da ciência empírica e teórica da sociedade, que chamou de sociologia, e na ideia de uma ordem cultural como elemento constitutivo da sociedade. Fundamentou sua teoria da sociologia em duas proposições correlatas: a lei dos três estados e o teorema segundo o qual as ciências teóricas formam uma hierarquia em cujo ápice está a sociologia.

Karl Marx e Friedrich Engels fundamentaram a estrutura da sociedade capitalista nas relações de produção e sua evolução pela luta de classes. Na produção de bens materiais, os homens entram em relações necessárias, independentes de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um dado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e o conjunto dessas relações forma a estrutura econômica da sociedade. É possível distinguir, em qualquer sociedade, a base econômica, ou infra-estrutura, e a superestrutura, constituída pelas instituições jurídicas e políticas e pelas ideologias.

A estrutura social de uma sociedade é, assim, uma totalidade articulada em que os elementos que a compõem têm sua função determinada pelo lugar que ocupam no todo. O conceito de modo de produção é teórico, isto é, não existe na realidade empírica e se refere à totalidade social global. É constituído por uma estrutura global formada por três estruturas regionais (econômica, jurídico-política e ideológica), uma das quais domina as outras, embora a estrutura econômica seja sempre determinante, em última instância.

Na maior parte das sociedades, porém, a produção de bens materiais não se efetua de uma só forma. O mais frequente é que numa mesma sociedade convivam diversos modos de produção, subordinados a um modo de produção dominante, que lhes impõe leis de desenvolvimento, embora continuem existindo com relativa autonomia. Essa realidade social empírica, historicamente determinada, é referida com o conceito de formação social. A teoria da história representa o estudo da sucessão descontínua dos diferentes modos de produção.

No grupo de autores que classificam as sociedades a partir de critérios internos destaca-se Émile Durkheim. Durkheim estabeleceu uma diferença entre sociedade primitiva, caracterizada pela “solidariedade mecânica”, de forte consciência coletiva; e a sociedade complexa dominada pela “solidariedade orgânica”, de marcada diferenciação social. A solidariedade mecânica predomina quando existe grande

semelhança entre os indivíduos da sociedade, que partilham sentimentos, adotam os mesmos valores e admitem as mesmas crenças. A solidariedade orgânica é o consenso resultante da diferença, fenômeno que caracteriza a sociedade moderna.

1.3 - Evolução da sociedade,

Quaisquer que sejam os fundamentos em que os cientistas sociais se baseiam, todos estão de acordo em que a sociedade sofreu um processo gradual de transformação ao longo do tempo. O tipo mais primitivo de organização social que se conhece é a ordem comunal ou tribal, em que os indivíduos viveram juntos para garantir a sobrevivência de todos. Esses agrupamentos dedicavam-se à busca nômade de alimentos e instalavam-se de forma provisória em cavernas e acampamentos. À medida que se esgotavam as reservas naturais ou as condições climáticas assim o exigissem, mudavam-se para outros sítios mais favoráveis ao grupo.

O domínio do fogo deflagrou uma verdadeira revolução tecnológica. Permitiu o aperfeiçoamento dos utensílios e sua transformação em armas para a caça que, junto à extração de alimentos vegetais, era a fonte de alimentação. A domesticação de animais marcou uma etapa importante da evolução da sociedade primitiva: o momento da transição de um estado nômade para uma forma de vida sedentária, em locais geográficos permanentes. Surgiram as tribos, agrupamentos de indivíduos ligados por laços de parentesco. Mas a permanência em espaço circunscrito limitou o acesso às fontes alimentares, basicamente caça, pesca e coleta de frutos e raízes silvestres. A necessidade de ampliar os estoques alimentares levou à atividade agrícola e mais uma etapa foi alcançada com a conversão do pastoreio e da agricultura nas principais fontes de subsistência. Surgiram os primeiros proprietários da terra, dominadores da economia tribal.

O domínio das técnicas de utilização dos metais marcou mais uma etapa importante na evolução social. A divisão de trabalho acentuou-se e possibilitou maior concentração de riqueza nas mãos de alguns indivíduos. Permitiu o aumento das atividades de troca entre indivíduos ou entre grupos, o que deu origem ao comércio. A igualdade econômica inicial deixou aos poucos de existir e surgiu o regime da propriedade privada dos meios de produção.

A sociedade escravista surgiu quando a propriedade sobre os objetos e a terra ampliou-se para a posse de seres humanos, os prisioneiros de guerra. Seu fundamento econômico reside na possibilidade de cada indivíduo ser capaz de produzir mais do que o necessário para a própria sobrevivência, ou seja, um excedente, passível de ser apropriado por outrem. O processo de acumulação de riqueza acentuou-se e algumas famílias tornaram-se mais ricas com o uso da mão-de-obra escrava, barata e abundante.

O modelo de sociedade baseado no trabalho escravo declinou em função da inexistência de estímulo para que o trabalhador escravizado executasse as funções mais complexas que progressivamente lhe foram sendo exigidas. O progresso das técnicas produtivas e a necessidade de maior produtividade impuseram uma revolução nas relações de produção: o trabalho livre, com retribuição de certa forma proporcional ao esforço despendido, que se implantou com o sistema feudal. Com uma hierarquia rígida, o feudalismo

fundava-se basicamente na existência de três classes: a nobreza e o clero, que formavam a classe dominante, no topo da pirâmide social; um segmento intermediário formado por artesãos e comerciantes; e, na base, os servos que eram, em sua maioria, descendentes dos antigos escravos ou camponeses arruinados. A posição dentro da hierarquia social era determinada pelos costumes e leis, que davam à classe dominante enormes privilégios políticos, econômicos e sociais.

A sociedade burguesa surgiu com a decadência econômica da nobreza e do clero e a acumulação de riquezas pelos comerciantes, beneficiados sobretudo pelas grandes descobertas marítimas e a ampliação extraordinária das atividades mercantis e industriais. A partir da revolução industrial, desencadeou-se um processo que se traduziu em transformações radicais em todas as áreas da atuação humana. No novo modo de produção, o trabalho humano transformou-se em bem econômico e as associações de artesãos deram lugar às fábricas, onde trabalhavam operários assalariados.

A liberdade de comércio tornou-se a síntese de todas as liberdades e a produção e o consumo chegaram a regiões geográficas até então isoladas. As ciências e as artes universalizaram-se. Surgiu a sociedade urbana, centralizada, a partir do crescimento físico e econômico dos burgos, e em seu interior formaram-se novas classes sociais.

1.4 - Características da sociedade tecnológica moderna,

Na sociedade tecnológica, o ser humano não vive mais num meio natural e sim num meio técnico, que interpõe entre o homem e a natureza uma rede de máquinas e técnicas apuradas. O homem explora a natureza, domina-a e utiliza-a para seus fins. Em decorrência da expansão dos recursos técnicos, a estrutura da sociedade tecnológica resulta muito mais complexa do que a da sociedade tradicional. Quatro fatores contribuíram para essa mudança social tão profunda: a tecnologia, um avançado sistema monetário e creditício, a crescente divisão do trabalho e a migração em massa da mão-de-obra do setor primário de produção (agricultura, caça, pesca e mineração) para os setores secundário (indústria) e terciário (comércio, transportes, profissões liberais etc).

Em consequência da ruptura entre as funções de produtor e consumidor, desempenhadas no passado pelos mesmos indivíduos, e da multiplicação artificial das necessidades de consumo (e por isso esse tipo de sociedade também é denominado “sociedade de consumo”), a organização social desdobrou os papéis sociais atribuídos a uma mesma pessoa. Um indivíduo é ao mesmo tempo pai de família, empregado de uma fábrica e membro de um clube, de um partido político, de um sindicato, de uma igreja etc. Por conseguinte, os riscos de conflito entre os papéis são muito maiores do que na sociedade tradicional.

As sociedades modernas apresentam uma extrema divisão de trabalho. As profissões se especializam cada vez mais e uma forte competitividade atua como meio de seleção no mercado de trabalho. A necessidade de controle nas empresas, na administração pública e nas inúmeras instituições (esportivas, políticas, profissionais, religiosas etc.) confere a essas sociedades um caráter eminentemente burocratizado. É também uma sociedade basicamente urbana, na qual a

concentração demográfica, a diversidade das profissões e as desigualdades na distribuição de renda promovem uma profunda divisão de classes com interesses conflitantes.

A fraqueza do indivíduo isolado levou à proliferação de grupos de interesse (sindicatos, associações profissionais, sociedades agrárias etc.). A multiplicidade de associações dá lugar à existência de diversas elites que representam, ou dizem representar, uma determinada comunidade (etnia, sindicato, partido político etc.). Essas elites lutam entre si, atuando como pontas de lança de seus respectivos grupos de interesse, o que leva o conflito a constituir-se em elemento permanente da organização social fragmentada e diversificada da sociedade tecnológica.

A mentalidade dominante na sociedade tecnológica também difere sensivelmente da que predomina na sociedade tradicional. A força da tradição é substituída pela racionalidade e a valorização da instrução. A mentalidade tecnológica prefere a mudança, que associa ao progresso, à permanência de costumes e valores. Em consequência, a desmitificação do mundo pela racionalidade e a ciência supõe uma profunda transformação da ética e da moral tradicionais, minando profundamente as crenças religiosas, num processo denominado “secularização”.

1.5 - Organização social

A unidade estrutural do grupo ou da sociedade traduz-se no conjunto das diferentes maneiras de co-adaptação e coordenação das atividades individuais e sociais, isto é, na organização social. Sistema de relações entre os membros de um grupo ou entre os grupos de uma sociedade, a organização social implica sempre direitos e deveres reciprocamente aceitos. Seu princípio básico é o da coordenação social, isto é, da harmonia social, que equivale ao papel que cada membro exerce em cooperação com os demais integrantes do grupo.

A manutenção da organização social de um grupo traduz-se pelas instituições, que devem funcionar em interação, pelas classes em que a sociedade se divide, de acordo com critérios econômicos ou políticos, e pelos grupos sociais, conjuntos de pessoas ligadas por interesses e objetivos comuns. Essas instituições adquirem formas específicas no interior da organização social, que se traduzem em associações religiosas, políticas, financeiras, familiares etc.

As formas de organização social variam de acordo com os grupos humanos, cujos integrantes adotam comportamentos aceitos pelo conjunto. As variações aceitáveis orientam-se pelo padrão estabelecido e representam um compromisso entre a rigidez do padrão e as circunstâncias do momento.

Em cada sociedade há uma hierarquia de valores materiais e não-materiais que diferem segundo os grupos e de acordo com a importância que se atribui a cada um dos elementos que integram sua cultura. Assim, observam-se na organização social as diversas formas de casamento, os tipos de parentesco, a estrutura da família, as formas de governo, as relações comerciais e de trabalho e muitas outras.

A organização social depende basicamente da conservação das funções sociais e da divisão social do trabalho. A conservação das funções sociais refere-se à permanência e à continuidade da vida social: a sociedade deve manter íntegras suas instituições, ao longo das gerações que se sucedem, embora adote modificações naturais introduzidas de modo gradual pelos novos integrantes. A divisão social do trabalho

garante que todas as funções necessárias ao funcionamento da sociedade sejam preenchidas.

Fonte: <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm>>. Acesso em 07 de julho de 2016.

2 - As organizações modernas

As organizações são, na atualidade, necessárias para conseguir objetivos através de diversos relacionamentos. Na atualidade dispomos de organismos governamentais, escolas, universidades, hospitais, empresas... etc.

Para Giddens (2002) Weber entendia as organizações como a forma de coordenar as atividades ou de gerenciar os bens que produzem os homens. Destacou a importância de umas determinadas regras e um capital, para conseguir que as organizações possam funcionar corretamente. Relacionava as organizações com a democracia e afirmava a existência de uma hierarquia de autoridade.

2.1 - Modernidade, tempo e espaço

Para compreender as íntimas conexões entre a modernidade e a transformação do tempo e do espaço, temos que começar traçando alguns contrastes com a relação tempo espaço no mundo pré-moderno. Para Giddens (2002)

Todas as culturas pré-modernas possuíam maneiras de calcular o tempo. O calendário, por exemplo, foi uma característica tão distintiva dos estados agrários quanto a invenção da escrita. Mas o cálculo do tempo que constituía a base da vida cotidiana, certamente para a maioria da população, sempre vinculou tempo e lugar — e era geralmente impreciso e variável. Ninguém poderia dizer a hora do dia sem referência a outros marcadores sócioespaciais: “quando” era quase, universalmente, ou conectado a “onde” ou identificado por ocorrências naturais regulares. A invenção do relógio mecânico e sua difusão entre virtualmente todos os membros da população (um fenômeno que data em seus primórdios do final do século XVIII) foram de significação chave na separação entre o tempo e o espaço. O relógio expressava uma dimensão uniforme de tempo “vazio” quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de “zonas” do dia (a “jornada de trabalho”, por exemplo). (GIDDENS, 2002 p. 179)

Para o autor (2002) o tempo ainda estava conectado com o espaço (e o lugar) até que a uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio mecânico correspondeu à uniformidade na organização social do tempo.

Esta mudança, de acordo com Giddens (2002) coincidiu com a expansão da modernidade e não foi completada até o corrente século. Um de seus principais aspectos é a padronização em escala mundial dos calendários. Todos seguem atualmente o mesmo sistema de datação: a aproximação do “ano 2.000”, por exemplo, é um evento global. Diferentes “Anos Novos” continuam a coexistir mas estão incluídos no interior de um modo de datação que se tornou, para todos os efeitos, universal. Um segundo aspecto

é a padronização do tempo através de regiões. Mesmo no final do século XIX, áreas diferentes dentro de um único estado geralmente tinham “tempos” diferentes, enquanto entre as fronteiras dos países a situação era ainda mais caótica.

Para o autor (2002) o “esvaziamento do tempo” é em grande parte a pré-condição para o “esvaziamento do espaço” e tem assim prioridade causal sobre ele. Pois, como devo argumentar adiante, a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço. O desenvolvimento de “espaço vazio” pode ser compreendido em termos da separação entre espaço e lugar.

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a “forma visível” do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza. (GIDDENS, 2002 p 168)

A separação entre o tempo e o espaço não deve ser vista como um desenvolvimento que segue a direção de uma única linha, no qual não há reversões ou que é todo abrangente. Pelo contrário, como todas as tendências de desenvolvimento, ela tem traços conflitantes, originado pela contradição entre princípios teóricos ou em experiências vividas, na observação de coisas, provocando características opostas.

Além do mais, segundo Giddens (2002) o rompimento entre tempo e espaço fornece uma base para sua recombinação em relação à atividade social. Isto é facilmente demonstrado tomando-se o exemplo do horário. Um horário, tal como uma tabela que marca as horas em que correm os trens, pode parecer à primeira vista meramente um mapa temporal. Mas na verdade é um dispositivo de ordenação tempo-espaço, indicando quando e onde chegam os trens. Como tal, ele permite a complexa coordenação de trens e seus passageiros e cargas através de grandes extensões de tempo-espaço.

Giddens (2002), nos indaga por que a separação entre tempo e espaço é tão crucial para o extremo dinamismo da modernidade? Para o autor, a separação entre tempo e espaço e sua formação em dimensões padronizadas, “vazias”, penetram as conexões entre a atividade social e seus “encaixes” nas particularidades dos contextos de presença. As instituições dilatam amplamente o escopo do distanciamento tempo-espaço e, para ter este efeito, dependem da coordenação através do tempo e do espaço. Este fenômeno serve para abrir múltiplas possibilidades de mudança liberando das restrições dos hábitos e das práticas locais.

Por isso, segundo o autor (2002) as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas. Em terceiro lugar, a historicidade radical associada à modernidade depende de modos de “inserção” no tempo e no espaço que não eram disponíveis para as civilizações

precedentes.

2.2 - A reflexividade da modernidade

A ideia de modernidade é um contraste a ideia e o conceito de tradição. Como já foi observado, muitas combinações do moderno e do tradicional podem ser encontradas nos cenários sociais concretos. Na verdade, Giddens (1991) afirma que alguns autores têm argumentado que ambos estão tão cerradamente entrelaçados que qualquer comparação generalizada não é válida. Mas certamente não é este o caso, como podemos ver ao examinar a relação entre modernidade e reflexividade.

Há um sentido fundamental no qual a reflexividade é uma característica definidora de toda ação humana. Todos os seres humanos rotineiramente “se mantêm em contato” com as bases do que fazem como parte integrante do fazer.

Também denominado por Giddens como:

Denominei isto em outro lugar de “monitoração reflexiva da ação”, usando a expressão no sentido de chamar a atenção para o caráter crônico dos processos envolvidos. A ação humana não incorpora cadeias de interações e motivos agregados, mas uma consistente e, principalmente, monitoração do comportamento e seus contextos. Este não é o sentido de reflexividade que é especificamente ligado à modernidade, embora seja sua base necessária. GIDDENS, 1991 p. 109)

Nas civilizações pré-modernas, contudo, a reflexividade está ainda em grande parte limitada à reinterpretção e esclarecimento da tradição, de modo que nas balanças do tempo o lado do “passado” está muito mais abaixo, pelo peso, do que o do “futuro”. Além disso, na medida em que a capacidade de ler e escrever é monopólio de poucos, a rotinização da vida cotidiana permanece presa à tradição no antigo sentido.

Para Giddens (1991) com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter.

O que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada — que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão. Para Giddens:

Provavelmente estamos, somente agora, no final do século XX, começando a nos dar conta de quão profundamente perturbadora é esta perspectiva. Pois quando as reivindicações da razão substituíram as da tradição, elas pareciam oferecer uma sensação de certeza maior do que a que era propiciada pelo dogma anterior. Mas esta ideia parece persuasiva apenas na medida em que não vemos que a reflexividade da modernidade de fato subverte a razão, pelo menos onde a razão é entendida como o ganho de conhecimento certo. (GIDDENS, 1991p.169)

A modernidade é constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas a equação entre conhecimento e certeza revelou-se erroneamente interpretada. Estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado.

Segundo Giddens(1991) mesmo os filósofos que mais ferrenhamente defendem as reivindicações da ciência à certeza, tais como Karl Popper, reconhecem que, como ele o exprime, “toda ciência repousa sobre areia movediça”. Em ciência, nada é certo, e nada pode ser provado, ainda que o empenho científico nos forneça a maior parte da informação digna de confiança sobre o mundo a que podemos aspirar. No coração do mundo da ciência sólida, a modernidade vagueia livre.

A reflexividade da modernidade, de acordo com Giddens (1991) está diretamente envolvida com a contínua geração de autoconhecimento sistemático, não estabiliza a relação entre conhecimento perito e conhecimento aplicado em ações leigas. O conhecimento reivindicado por observadores peritos (em parte e de maneiras muito variadas) reúne-se a seu objeto, deste modo (em princípio, mas também normalmente na prática) alterando-o. Não há paralelo a este processo nas ciências naturais; não é nada semelhante ao que ocorre quando, no campo da microfísica, a intervenção de um observador muda o que está sendo estudado.

Já que estamos estudando sobre a importância da reflexividade, vamos fazer um exercício. Analisem o poema abaixo, relacionando-o aos temas sociológicos.

O Operário em Construção

Era ele que erguia casas
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um templo
Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.

De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...
Mas fosse comer tijolo!
E assim o operário ia
Com suor e com cimento
Erguendo uma casa aqui
Adiante um apartamento

Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
– Garrafa, prato, facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário
Um operário em construção
Olhou em torno: gamela
Banco, enxerga, caldeirão
Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.

Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava.
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.

Foi dentro da compreensão
Desse instante solitário
Que, tal sua construção
Cresceu também o operário.
Cresceu em alto e profundo
Em largo e no coração
E como tudo que cresce
Ele não cresceu em vão
Pois além do que sabia
– Exercer a profissão –
O operário adquiriu
Uma nova dimensão:
A dimensão da poesia.

E um fato novo se viu
Que a todos admirava:
O que o operário dizia
Outro operário escutava.

E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia sim
Começou a dizer não.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:

Notou que sua marmitta
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarite
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos
Eram as rodas do patrão
Que a dureza do seu dia
Era a noite do patrão
Que sua imensa fadiga
Era amiga do patrão.

E o operário disse: Não!
E o operário fez-se forte
Na sua resolução.
Como era de se esperar
As bocas da delação
Começaram a dizer coisas
Aos ouvidos do patrão.
Mas o patrão não queria
Nenhuma preocupação
– “Convençam-no” do contrário –
Disse ele sobre o operário
E ao dizer isso sorria.

Dia seguinte, o operário
Ao sair da construção
Viu-se súbito cercado
Dos homens da delação
E sofreu, por destinado
Sua primeira agressão.
Teve seu rosto cuspidado
Teve seu braço quebrado
Mas quando foi perguntado
O operário disse: Não!

Em vão sofrera o operário
Sua primeira agressão
Muitas outras se seguiram
Muitas outras seguirão.
Porém, por imprescindível
Ao edifício em construção
Seu trabalho prosseguia
E todo o seu sofrimento
Misturava-se ao cimento
Da construção que crescia.

Sentindo que a violência
Não dobraria o operário
Um dia tentou o patrão
Dobrá-lo de modo vário.
De sorte que o foi levando
Ao alto da construção
E num momento de tempo
Mostrou-lhe toda a região
E apontando-a ao operário
Fez-lhe esta declaração:
– Dar-te-ei todo esse poder
E a sua satisfação
Porque a mim me foi entregue
E dou-o a quem bem quiser.
Dou-te tempo de lazer
Dou-te tempo de mulher.
Portanto, tudo o que vês
Será teu se me adorares
E, ainda mais, se abandonares
O que te faz dizer não.

Disse, e fitou o operário
Que olhava e que refletia
Mas o que via o operário
O patrão nunca veria.
O operário via as casas
E dentro das estruturas
Via coisas, objetos
Produtos, manufaturas.
Via tudo o que fazia
O lucro do seu patrão
E em cada coisa que via
Misteriosamente havia
A marca de sua mão.
E o operário disse: Não!

– Loucura! – gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
– Mentira! – disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.

E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão.

Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa

